

## **A práxis dos professores e as relações de etnia na escola.**

**VIANA, Verônica Rodrigues** - UNICAMP .

**GT:** Formação de Professores/ n. 08

**Agência Financiadora:** Não contou com financiamento.

*“Há um fazer-nos. Temos nossa história. Somos sujeitos. Fazemos parte de uma história, de um processo social ao longo do tempo. Ai nos descobrimos como professores, como categoria, não estática, mas histórica, em construção.”*

*Miguel Arroyo*

### **I. Apresentação:**

Pretendemos aqui apresentar uma problemática oriunda do estudo da relação dos professores com o campo dos movimentos populares, em especial o movimento negro. O avanço das discussões sobre como o Brasil tem equacionado seus problemas de diversidade racial, ou como tem se omitido perante eles, tem colocado o desafio para uma reflexão sobre como nós, profissionais da educação, temos buscado nos capacitar para dar conta da tarefa de ensinar alunos que a sociedade tem colocado como inferiores, tem excluído do seu espaço, tem estigmatizado, colocando sob a responsabilidade destes alunos seu fracasso. Deste abrangente segmento queremos destacar os alunos negros ou não brancos.

Essa é uma discussão que vem se ampliando desde 1995 quando o Estado brasileiro, através do então presidente da República Fernando Henrique Cardoso, reconheceu que o Brasil é um país racista. A partir desse ano intensificou-se a elaboração de diversos documentos e leis para constituir políticas públicas que dêem conta de superar o preconceito e o racismo da nossa sociedade. Uma discussão que tem ampliado sistematicamente seu raio de alcance, perpassando o campo da organização produtiva, da intervenção estatal e política educacional.

No âmbito educacional essa não é uma discussão recente, desde o período pré-abolicionista a reivindicação pelo acesso a uma educação em condições de igualdade entre negros e brancos, tem estado presente os documentos produzidos pelo movimento negro brasileiro. Porém sua intervenção atual desta

questão nos chega embutida nos parâmetros curriculares par Educação Básica e nas Diretrizes Curriculares para os cursos de professores, sempre abordado como “acolhimento a diferença” e o “trato com a diversidade”, onde cabe de tudo, desde a deficiência física ou mental até as diferenças raciais.

Na realidade do cotidiano escolar essa discussão quase não chega por meio das instituições mantenedoras, essas têm se omitido de ações frente ao tema, como que esperando o dia em que, por passe da mágica, apareça a solução para esse problema.

Enquanto isso, muitas/os de nós, professoras/es, vamos buscando alguém que nos ajude a entender como lidar com as situações, procurando livros, textos, cursos etc., experimentando ações, projetos, jeitos de fazer que nos possibilitem produzir conhecimentos sobre como realizar uma educação que caminhe na superação de todas as formas de opressão, dentre elas o racismo e o preconceito, numa sociedade onde os mecanismos de exclusão estão cada vez mais sofisticados. Como trabalhar com essa contradição? É a nossa pergunta diária.

É evidente que as maiores vítimas do fracasso escolar são os alunos oriundos das camadas pobres da população, onde a maioria é negra. É um desafio para nós, educadores, a busca de formas e meios para trabalhar as diferenças raciais e culturais. Não queremos fortalecer uma igualdade meramente formal, mas, respeitando a especificidade de cada um, avançar na construção de uma educação igualitária, que reconheça e respeite a produção social do conhecimento dos diversos povos e classes sociais.

A chamada “população de baixa renda”, onde se inclui mais de 80% da população negra<sup>1</sup>, ainda é a que mais acredita na instituição escolar, reivindicando o acesso à educação por reconhecerem que os conhecimentos e habilidades que as classes dominantes detêm são indispensáveis como instrumento de luta na elaboração de propostas alternativas para sociedade, mais de acordo com as suas necessidades e interesses.

Assim, podemos ver que, apesar dos questionamentos de educadores e do movimento social quanto ao poder de transformação que tem a escola, esta ainda é considerada como um instrumento potencializador nas lutas das classes populares.

Em nossa trajetória profissional, na escola e fora dela mas, em permanente relação com o campo educacional, encontramos diversos colegas que, cada um na sua escola ou local de trabalho, estão produzindo propostas que tentam dar conta das relações de etnia no processo educacional. Várias dessas propostas estão inclusas nos projetos pedagógicos das escolas, mas passam despercebidos do coletivo da unidade educacional e, mais ainda, da Secretaria Municipal de Educação.

## **II – Limites e Perspectivas da Ação**

A nossa proposta de trabalho é pesquisar as iniciativas formativas dos profissionais da educação com relação à educação e o trato com as diferentes etnias, questionando os objetivos, a organização da proposta e a concepção teórica que subsidia o trabalho, analisando seus limites e perspectivas.

No que tange a proposta pedagógica e as relações raciais no meio educacional, entendemos que esta linha esteve durante muito tempo ligada às teorias escolanovistas, tendo prevalecido as pesquisas que

abordam a noção de autoconceito, auto-imagem e auto-estima, sob uma perspectiva de desenvolvimento humano individualista e com procedimentos de investigação baseados em princípios positivistas.

Mesmo correndo o risco de cair no lugar comum, é primordial reafirmar que toda educação pressupõe uma determinada concepção de homem, de ciência, de sociedade e de mundo. Logo, é preciso analisar quais são as concepções nas quais se sustenta nosso modelo educacional e que concepção de professor está subjacente neste projeto. Segundo LOMBARDI (1999):

“Fornecer uma consciência crítica, libertadora, capaz de recuperar a objetividade analítica e a subjetividade aviltada pela massificação e a concepção da sociedade como produto objetivo de homens situados e, portanto, passível de mudança, este é o ideal filosófico que nos acompanha desde a Grécia antiga” (p. 68).

Entendemos que é nossa concepção de homem que nos dá o objetivo fundamental da educação, pois é a partir dela que orientamos nosso projeto pedagógico, nossa metodologia, nossa avaliação, nossa ação educativa. Portanto, consideramos que cabe começar pela análise do papel que a educação, em especial a escola, tem empreendido nesta sociedade capitalista contemporânea, a partir de uma concepção filosófica e política de suas funções e do papel que lhe cabe neste contexto.

Acreditamos que a Escola, enquanto instituição social privilegiada da produção e reprodução do conhecimento, tem importante papel na constituição cultural e política de qualquer sociedade. Reconhecendo esse caráter, MARTINS (1987), em sua análise da praxis pedagógica, coloca que: *“O ato pedagógico não vale por ele mesmo, vale pelo que ele é capaz de engendrar para a sociedade e o grupo social do qual ele derivou e para o qual ele se volta para produzir a realidade social concreta”* (p.61).

O professor é eminentemente um agente político, pois age sobre a realidade concreta e posiciona-se sobre ela, mesmo quando se faz aparentar de elemento neutro. Quando se coloca como neutro, mantém-se em conformidade com o sistema estabelecido. Dessa forma, seu comportamento e seu discurso não contestam o *“status quo”*, nem fazem a reflexão crítica sobre ele. MARTINS (1987), afirma ainda que:

“É na produção da realidade social, pelos meios pedagógicos, que o professor é um agente político; ele põe em evidência as relações sociais, pois transmite modelos sociais de autoridade, de respeito, de polidez, de oposição à estrutura social mais complexa” (p. 61).

Por outro lado, a educação não se faz sem que se estabeleçam relações de interação, que podem se basear em respeito, confiança, diálogo, solidariedade ou podem ser de autoritarismo, obediência, disciplina e individualismo. Não queremos dizer que a educação e o professor são os únicos responsáveis pela formação da personalidade do aluno e de sua visão sobre a sociedade. Contudo, compreendemos ser a escola um espaço fundamental de produção do conhecimento, que não se faz sem reflexão sobre as dimensões da realidade social, podendo esta ser crítica ou não.

---

<sup>1</sup> Fonte: Dados do censo de 2000.

Sabemos que o professor, em sua prática, na sala de aula ou fora dela, difunde idéias políticas sobre a sociedade quando expressa juízos de valor sobre justiça, liberdade, igualdade etc. Da mesma forma, ao demonstrar padrões de comportamento como aceitáveis ou não, colabora para o controle social pela assimilação desses padrões pelos alunos. Esses padrões éticos podem ser de conformismo ou de mudança, de crítica ou de aceitação. Dessa maneira, o professor exerce de fato uma influência sobre a concepção política dos seus alunos frente à sociedade.

Na sociedade em que vivemos, onde predomina a ideologia neoliberal, esses padrões têm sido tratados abstratamente, subtraídos das condições da realidade e dos fatores econômicos, sociais e políticos geradores da sociedade concreta da qual fazem parte a escola, o professor e o aluno. São conceitos trabalhados ideologicamente, livres das condicionantes sociais, cada vez mais abstraídos das questões de classe, tendo em vista que a divisão da sociedade em classes tem sido colocada como fator superado – somos todos cidadãos, quer dizer todos os que podem consumir.

Em nossa organização social, a escola tem estado a serviço de uma determinada classe, que não é a oprimida, o que leva diversos documentos do movimento negro a afirmarem que o conjunto ideológico por ela transmitido tem servido para justificar as desigualdades, ocultando e mascarando as contradições e os antagonismos da sociedade.

De acordo com NASCIMENTO (1994), o conteúdo educacional brasileiro, traz embutido em sua prática um arcabouço ideológico racista, apontando os negros como um povo extinto, visto que citados nos livros didáticos sempre no passado, incutindo no educando negro o perfil de ser inferior, deixando como alternativa o “embranquecimento”. O sentimento de inferioridade é consequência do desprezo pelos valores culturais dos afro-brasileiros. Dentro da escola, até hoje, a diferença étnica é uma das vertentes usadas para justificar o fracasso escolar, colocando sobre os ombros do indivíduo a culpa pelo fato de não conseguir se adaptar ao sistema educacional.

Nenhum tema tem merecido mais atenção do movimento negro do que a educação, desde sua estruturação enquanto sistema até a prática cotidiana da sala de aula, denunciando sua contribuição para a manutenção da organização social vigente, como podemos ver no documento nacional produzido pelo movimento negro, por ocasião dos 300 anos de morte de Zumbi dos Palmares, maior líder negro brasileiro. Segundo o “Documento da Marcha Zumbi dos Palmares...” (BRASIL, 1996):

“Refletindo os valores da sociedade, a escola se afigura como espaço privilegiado de aprendizado do racismo, especialmente devido ao conteúdo eurocêntrico no currículo escolar, aos programas educativos, aos manuais escolares e ao comportamento diferenciado do professorado diante de crianças negras e brancas.”(p.11)

Os pesquisadores também têm se atentado para o tema, de acordo com PIZA (1994), as diferenças educacionais que atingem negros e brancos, são analisadas por duas vertentes. A primeira perspectiva é histórica, sendo apontada como uma continuidade do passado escravista ainda recente e marcante no pensamento atual. A outra, a educação com o objetivo de perpetuar a discriminação racial, na medida em que transmite a ideologia de reprodução dos valores de inferiorização da diferença.

Por outro lado, a mesma autora também alerta que o sistema racial do Brasil mantém relação

estreita com o sistema econômico ampliando os aspectos sobre a análise do processo discriminatório. Corroborando com essas idéias, setores do movimento apontam para o binômio “Raça x Classe”, aprofundando o questionamento às estruturas do sistema, colocando como o sistema tem se aproveitado de fatores ideológicos como o racismo e o machismo, entre outros, para tirar proveito transformando essas diferenças discriminações que excluem do mercado de trabalho um percentual significativo da população, garantindo um exército de mão-de-obra de reserva.

A população negra está situada na base da pirâmide social, ocupando as regiões mais pobres e, portanto, mais desfalcadas de equipamentos urbanos e serviços, como água encanada, esgoto, luz elétrica, postos de saúde, escola etc. E estes quando existem são de péssima qualidade. Dessa forma, recebem o que podemos chamar de uma “educação de segunda categoria”, agravando o funil educacional e contribuindo para a exclusão escolar.

Nesse sentido, o “Documento da Marcha...” (BRASIL, 1996) também não coloca na escola a responsabilidade de acabar com o racismo, no entanto, afirma que ela tem desempenhado um papel importante para a aceitação natural e conservação da ordem estabelecida. E defende a “*valorização positiva da diversidade étnico-racial...*” (p.11), maiores investimentos na escola pública, controle da qualidade dos conteúdos transmitidos no material didático, programas de formação permanente dos profissionais da área, programa de eliminação do analfabetismo e o “*Desenvolvimento de ações afirmativas para o acesso dos negros aos cursos profissionalizantes, à universidades e às áreas de tecnologia de ponta*”(p.25).

Vários pesquisadores têm discutido os possíveis caminhos que podem ser traçados pela escola no tratamento da diversidade étnico-racial, para que os currículos incorporem essa questão de maneira menos descontextualizada das condições sociais e mais ativa, apresentando um rol de propostas baseadas fundamentalmente numa reflexão sobre a práxis educativa de alunos e professores.

A revelia das propostas de formação inicial e/ou continuada das instituições de ensino e/ou das mantenedoras das redes de ensino, diversos profissionais da educação têm empreendido esforços na busca pela produção de conhecimentos que rompam com a lógica reprodutivista da escola, a qual leva a compactuar e reforçar o sistema racista de nossa sociedade.

### **III. Construindo caminhos.**

Após a Segunda Guerra Mundial os positivistas investiram, e continuam investindo, na educação como importante fator para superar a discriminação racial. Apostando no “esclarecimento” como a solução para o preconceito, partindo do pressuposto racionalista de que o racismo seria fruto da falta de informação a respeito das teses científicas que negam respaldo às teorias das desigualdades raciais (ADORNO, 1995).

Considero que o racismo não é algo que ressurgiu das cinzas da última conflagração mundial, ele constitui um fenômeno tão velho quanto a própria história da humanidade, seus processos de acirramento estão diretamente ligados aos interesses políticos e econômicos da classe que detém a hegemonia num dado momento histórico.

Há países, como o Brasil, onde o racismo é difuso e não explicitado; ora se manifesta, ora não; ora se manifesta de uma forma, ora de outra; quase sempre obedece a um código moral que procura

negar a existência do próprio racismo. É esse código de ambigüidades que impede as vítimas de racismo de si situarem perante o fenômeno e de medirem o alcance de seus anseio e exigências.

A partir da década de 1920 até aproximadamente o final da década de 1940, a reflexão teórica brasileira incorporou o negro apenas como expressão cultural. Essa perspectiva culturalista negligenciava teórica e metodologicamente tanto as particularidade biológicas, como as características estruturais sócioeconômicas que definiam as condições de existência desse mesmo grupo.

Com a linha sociológica, inaugurada em São Paulo nos anos de 1950, sob forte inspiração marxista, os termos se invertem: as condições infra-estruturais e estruturais sobem à primeira plana da explicação sobre a situação social do negro.

Consideramos ser a finalidade da educação, ou da práxis educativa mais diretamente, trabalhar sobre certos valores constituídos objetivamente no mundo material. Essa prática se baseia em uma visão objetiva de sociedade e de homem, de forma a possibilitar que o ser humano se desenvolva plenamente e possa intervir e transformar seu meio.

Analisemos, então, os fins sociais que sustentam a prática do professor e quem, ou que parte da sociedade, tem sido beneficiado com essa prática. Não estamos colocando essa discussão no campo da teoria abstrata, mas queremos estabelecer o nexu político com a sociedade concreta, material e historicamente. Segundo MARTINS (1987) *“É na capacidade de tornar concreta a interação filosofia – senso comum, de dar unidade entre teoria e prática que reside a possibilidade de a educação escolar ser um instrumento de atualização da vida social”* (p. 63).

Acreditamos no compromisso político do intelectual orgânico com as chamadas classes populares. Pensamos que esse compromisso político não morreu e que as teorias marxistas ainda são os referenciais que nos ajudam a compreender a dinâmica da sociedade capitalista e a encontrar alternativas para superar suas desastrosas conseqüências para as classes exploradas, os marginalizados, os excluídos, ou o nome que se queira dar para aqueles que estão expropriados dos meios de produção.

Mesmo sabendo que essa problemática transcende aspirações individuais, é preciso que sociedades e cidadãos que se pensam comprometidos com uma sociedade de fato democrática estejam comprometidos, a fim de que um assunto tão relevante não se transforme numa questão crônica que incomode apenas alguns homens e mulheres de boa vontade.

Já está afirmado que a escola é um instrumento de reprodução social do pensamento da classe hegemônica (BORDIEU, 1998), ainda assim, de uma forma geral, a saída procurada pelo movimento social para superação do racismo e do preconceito é a Educação. A escola vista como o meio de promover a integração, a igualdade social e, conseqüentemente, a redenção definitiva do povo negro. Dando resposta a bandeira eugenista, segundo a qual *“o subdesenvolvimento do país tinha origem na sua composição étnica, e que somente as nações com totalidade de população branca poderiam ser desenvolvidas”* (CUNHA, 1992, p.48).

A leitura crítica de alguns acontecimentos econômicos e políticos é fundamental para entender a realidade em um país de economia dependente como o Brasil. Nesse sentido, entendemos que os discursos que se apresentam como análise do fim de um período histórico, em que teríamos a superação

de questões constituídas no processo da história moderna, estão diretamente relacionados aos interesses econômicos do Capital, que busca uma saída para a superação de sua crise, através da reorganização das estruturas do mundo do trabalho.

Segundo alguns autores, teríamos: o fim do período histórico (adeus à modernidade), o fim das classes sociais (fim do proletariado) e o fim da história. A queda do muro de Berlim é considerada como o marco do fim da contradição entre Capital e Trabalho<sup>2</sup>. E estas, por sua vez, estariam superadas enquanto categorias de análise das estruturas da sociedade Capitalista. Aparentemente, o mundo inteiro se apresentaria com uma única forma de organização política e social.

No entanto, analisando fatos mais recentes nossa compreensão é de que essa não é uma questão superada, estamos longe acabar com as contradições engendradas pelo capitalismo e, mais distante ainda, de encontrar um método de análise diferente do materialismo histórico que nos ajude a pensar sobre os problemas dessa sociedade e encontrar alternativas a ela. Segundo FRIGOTTO (1996): *“Encontramo-nos num desses momentos de profunda crise, caracterizados por Antonio Gramsci como sendo uma situação onde velhas relações não se esgotaram ou não morreram e as novas ainda não podem nascer”* (p.76).

Estamos num momento onde o capital está reorganizando suas estruturas, para emergir numa nova dinâmica, buscando uma via de crescimento econômico prolongado, agora não mais de investimento na produção, visto este não ser suficiente para aumentar a mais-valia. É a continuidade do conflito entre o desenvolvimento das forças produtivas e o desenvolvimento das relações de produção, instrumentalizado pela conversão dos avanços tecnológicos e científicos em forças de produção.

Temos, então, um processo de financeirização das empresas, o que tem gerado muito mais dinheiro do que o setor produtivo. Contudo, a contradição estrutural do Capitalismo continua presente, expressa no elevado avanço científico, que não se concretiza em elevação dos índices de qualidade de vida da maior parte da população mundial, que permanece excluída das condições dignas de vida. Pelo contrário, este caminho tem servido para agravar o quadro social, configurando o que tem sido chamado de *“apartheid social”*, ampliando os abismos econômicos entre os mais ricos e os mais pobres. Ou seja, esse modelo tem proposto um número cada vez menor de incluídos contra uma exclusão cada vez maior.

As fissuras sociais que esse modelo político e econômico produz têm se traduzido concretamente em desintegração social. E ANDERSON (1998) nos alerta para essas questões:

“Quais são as conseqüências políticas de um modelo econômico que gera tudo isso? Pode se dizer que há uma resposta ‘de baixo’ e outra ‘de cima’. A resposta de baixo tende a ser o racismo, xenofobismo e, nos Estados Unidos, fundamentalismo religioso. Estes são os ‘anticorpos’ formados na sociedade capitalista contra estas tensões e perigos” (p.168).

FRIGOTTO (1996) chama, ainda, a atenção para o processo de exacerbação do individualismo, que introduz aquilo que chama de *“exclusão sem culpa”*. Na sociedade atual, a tecnologia deixa de estar a serviço do homem e da melhoria de sua qualidade de vida para, ao contrário, colocar o homem ao seu serviço, retirando deste o caráter racional e seu valor humano. Seu objetivo passa a ser apenas

aperfeiçoar a técnica, sem levar em conta o uso que lhe será aplicado e suas conseqüências nas vidas das outras pessoas, tornando-as indiferentes em relação ao que acontece com os outros.

O mesmo autor lança um desafio para aqueles que se consideram comprometidos com outro projeto de sociedade, onde as pessoas estejam em primeiro lugar: refletir sobre que sociedade queremos construir, que tipo de valores e de conhecimentos devemos desenvolver e que implicações esse projeto tem para a formação dos nossos professores.

Sob um discurso de “tolerância”, a sociedade, ao mesmo tempo que prega a integração globalizante, gera abismos desagregadores. Vemos o senso comum expressar uma suposta valorização das diferentes culturas ao mesmo tempo em que dita um modelo único e padronizado de comportamento, que vai desde o vestuário até o tipo estético, é uma ditadura de idéias mal disfarçada de respeito à diversidade.

O neoliberalismo não vai dar resposta às questões da exclusão numa perspectiva que contemple a humanidade em geral. É preciso que a intelectualidade comprometida com esses setores excluídos, se debruce sobre esses temas e busque repensar o papel do Estado e qual o nível de intervenção que lhe cabe nesta sociedade, para construção de valores morais e éticos substanciais, para preservação da condição humana de todos, não apenas de alguns, do respeito à vida e à diferença cultural dos povos.

Não é nosso propósito, evidentemente, negar à educação, em especial à escola, o potencial que possui para ajudar a criar uma sociedade menos preconceituosa e iníqua, no caso em termos raciais. Em nome do respeito que os homens devem a seus semelhantes, da justiça social, esse ideal deve ser tenazmente perseguido.

Resta saber se esta tese universalista, com tantas idealizações, vai conseguir quebrar fronteiras que separam indivíduos de indivíduos, grupos de grupos, nações de nações, e, assim, constituir-se em componentes obrigatórios de políticas que conduzam cada vez mais à humanização dos homens e mulheres.

Nossa contribuição teórica, vem no sentido de realizar uma análise da práxis, partindo do ponto de vista materialista histórico, analisando as mudanças sociais, relacionando com o processo de exclusão que está posto e como elas atuam sobre as propostas que estão surgindo para tratar das diferenças étnicas nas escolas e outros espaços educativos.

#### **IV. Onde encontrar a saída?**

Partimos da compreensão de que o primeiro passo para construir relações educacionais de respeito e valorização das diversas etnias está em constituir nas escolas espaços de experiência de vivências democráticas de produção de conhecimento.

Este trabalho vai exigir uma busca de bibliografia sobre o tema, pois, pouco foi produzido no Brasil até agora tratando da questão racial do ponto de vista da práxis educativa. Dessa forma, será preciso um grande aprofundamento para, através dos referenciais teóricos existentes, trazer essa reflexão para o campo da educação com respeito às diferenças étnicas.

---

<sup>2</sup> Ver ANDERSON, 1992.

Será possível ainda, pesquisar a produção teórica que vem tratando desse tema, aproveitando a experiências que estão sendo colocadas em prática por diversas Administrações Municipais, as quais têm em vista a adaptação à implantação dos Temas Transversais em Educação previstos nos Parâmetros Curriculares. A partir de nossa modesta experiência particular, é possível dizer que o registro dessas ações é bastante precário e só agora se inicia uma sistemática de relatórios escritos e visuais do que tem sido produzido enquanto trabalhos de formação realizados com profissionais de educação em seus locais de trabalho e fora dele.

Além disto, será fundamental a realização do trabalho de pesquisa de campo, com a elaboração de instrumentos específicos para análise das propostas, acompanhamento das atividades, avaliação do projeto e sinalização dos caminhos que deverão seguir as propostas de formação desses profissionais, que contribuições a academia tem a dar para esses espaços formativos e como pode aproveitar o produto dessas experiências para aprimoramento dos currículos de formação de professores nos cursos de Pedagogia e Licenciaturas.

Concebemos que se faz necessário refletir coletivamente, com grupos de professores, que vem desenvolvendo propostas em sua área de trabalho, visando dar conta da produção de um conhecimento incipiente no meio acadêmico, que oriente sua ação numa perspectiva de reflexão crítica frente a organização excludente da sociedade e a manutenção do seu “*status quo*”.

Para tanto, é fundamental a discussão dos Projetos Pedagógicos das unidades educacionais tanto de Educação Infantil, quanto de Ensino Fundamental que incluem algum tipo de trabalho com a questão racial, além de estabelecer processos de análise e reflexão com profissionais que participam de grupos de formação ligados ao tema.

Entendemos que se faz necessário participar na sistematização desse conhecimento que vem sendo produzido nas escolas, contribuindo com a reflexão da ação a partir também da nossa prática em cursos de formação de professores e grupos de trabalho, onde devemos discutir propostas que vão desde a inclusão de temas no currículo, até a pesquisa da formação social do bairro/região onde está inserida da escola. É esse produto que devemos estar sistematizando e pretendemos que venha a servir de subsídio para reflexão da prática de outros educadores.

## V. Referências Bibliográficas:

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANDERSON, Perry. **O fim da história**: de Hegel a Fukuyama. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1992.

\_\_\_\_\_. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir (org.). **Pós-neoliberalismo**. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1998.

BRASIL, Presidência. **Programa nacional de direitos humanos**. Brasília: Presidência da República/Ministério da Justiça, 1996.

BRASIL, Comissão Interministerial. **Documento da marcha Zumbi dos Palmares contra o racismo**,

**pela cidadania e a vida:** Por uma política nacional de combate ao racismo e à desigualdade social. Brasília: Cultura Gráfica e Editora Ltda., 1996.

CUNHA JR., Henrique. **Textos para o movimento negro.** São Paulo: EDICON, 1992.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A formação e a profissionalização do educador: novos desafios. In: GENTILI, Pablo e SILVA, Tomaz T. (Orgs.). **Escola S.A.:** quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília, CNTE, 1996.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura.** 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1988.

LOMBARDI, José Claudinei (Org.). **Pesquisa em educação:** história, filosofia e temas transversais. Campinas: Editora Autores Associados, 1999.

MARTINS, Marcos F. **Ensino Técnico e globalização:** cidadania ou submissão? Campinas: Editoras Autores Associados, 2000.

MARTINS, Maria Anita. **O professor como agente político.** 2ª ed. São Paulo: Editora Loyola, 1987.

NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). **Sankofa:** resgate da cultura afro-brasileira. vol. 2. Rio de Janeiro: SEAFRO, 1994.

PIZA, Edith. A educação da mulher negra. In: **Que cara tem a mulher brasileira.** Seminário “Gênero, Classe e Raça”. Cajamar, 1994.